



Intervenção sobre a ‘Informação escrita do Presidente da CML de Junho a Agosto de 2018’, na Assembleia Municipal de Lisboa de 18 de Setembro de 2018

Seria expectável que a intervenção do sr. Presidente abordasse com os conteúdos da da Informação Escrita. No entanto, acabou apenas por destacar o tema dos transportes que nem consta na introdução da sua Informação Escrita de Junho a Agosto de 2018.

Aliás, a sua referência prioritária é para o estacionamento, quando refere que “A Câmara tem também em curso um projeto de construção de parques dissuasores, como acontece já hoje na Ameixoeira, com o preço mensal de 10 € para quem possuir o passe de transporte coletivo. Areeiro, Pontinha, Ameixoeira, Chelas, são alguns dos locais escolhidos para instalação destes parques. A autarquia prevê disponibilizar mais cinco mil lugares para aqueles que quotidianamente entram (ênfasis, entram) em Lisboa, vindos dos concelhos limítrofes, incentivando a utilização dos transportes coletivos no interior da cidade”.

Ora, o sr. Presidente manifestou recentemente, durante a ‘Lisbon Mobi Summit’, a sua elevada preocupação com a invasão diária de viaturas na capital, afirmando que “todos os dias entram em Lisboa 370 mil automóveis”, o que constitui um problema que necessita ser solucionado, para que seja sustentável circular na capital. E adiantou que, para si, a solução passaria por baixar o preço dos tarifários, criar uma boa rede de transportes públicos, passar o comando desta matéria para os municípios, e concluir o concurso rodoviário integrado a nível metropolitano. Até aqui, muito bem.

Porém, esta pretensa profundidade de raciocínio persiste na manutenção de uma contradição estratégica. Mostra-se preocupado com a entrada de veículos, mas aceita que eles entrem na cidade para estacionarem em parques ditos dissuasores. Será de facto uma preocupação? Já lá iremos ao cerne do problema. Começemos por contextualizar a questão dos transportes.

Como sabemos, com a entrada em vigor da Lei nº 52/2015, de 9/6, a Área Metropolitana de Lisboa passou a dispor, no domínio do transporte público de passageiros, das ‘atribuições e competências estabelecidas no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros’.

Daí que uma recente análise à situação dos fluxos de acesso a Lisboa tenha evidenciado que, nas intermináveis filas de trânsito matinais e ao final da tarde, a maioria dos carros transporta apenas o seu condutor. (E, pela A1, acedem mais de 100 mil veículos; pela A5, 80 mil; pela A2, mais de 70 mil; pela A8, 67 mil; idem 67 mil entram pela IC19, pela A12 mais de 30 mil e pela IC17 cerca de 20 mil).

É também sabido que de onde vêm menos carros, dos concelhos à volta da cidade, são precisamente aqueles que dispõem de transporte pesado, como o metropolitano e o comboio. Para combater este predomínio do veículo individual, os 18 municípios da Área Metropolitana propuseram ao Governo uma descida drástica dos passes sociais, a financiar pelo Orçamento do Estado. A proposta é dos 18 concelhos e não apenas de Lisboa.



Para os municípios da Área Metropolitana é não apenas consensual como fundamental dotar o território com um ‘sistema capaz, fiável e adequado às necessidades dos habitantes’ e dos utentes de transportes em particular e que seja dada prioridade à expansão da Carris e do Metro para os concelhos limítrofes com à criação de interfaces modais, não dentro, mas fora da capital.

Porém, o sr. Presidente prefere apostar numa linha circular do Metro, que não aumentará o número de utentes, e na criação de parques dissuasores já no interior da capital. E esta é a sua grave contradição: queixa-se da entrada de centenas de milhares de viaturas em Lisboa, mas não defende junto do Governo a expansão do Metro para as freguesias ocidentais da cidade, nem para os concelhos limítrofes, como forma de captar novos utentes e reduzir drasticamente a entrada de viaturas na capital.

E porquê? Porque prefere que as viaturas entrem e estacionem em Lisboa, pagando o estacionamento à EMEL. Porque adora ouvir o tilintar das moedinhas. Daí que os próximos parques dissuasores previstos, para além do da Ameixoeira, sejam no Areeiro, Chelas ou Pontinha, ou seja, bem dentro da cidade. Nem se situam fora da capital, nem confirma a sua anuência à expansão da Carris e do Metro dentro e fora da capital, porque esta medida retiraria dividendos à EMEL e ao Município de Lisboa.

Bem podem os municípios da Área Metropolitana de Lisboa fazer propostas ao Governo, mas que arrisquem ‘cair em saco roto’ se depois Lisboa elege medidas que as contradizem.

Por isso Os Verdes são favoráveis a uma mobilidade verdadeiramente sustentável para todos, pugnando pela valorização do serviço público de transportes, a melhoria substancial da qualidade, do conforto, da diminuição dos tempos de viagem, do aumento da segurança, da frequência, da capacidade da oferta de transporte, incluindo a expansão do Metro, defendendo o alargamento das coroas do passe social intermodal e a redução do preço dos bilhetes e dos passes para a Área Metropolitana.

Esta Informação Escrita constituiu, por isso, uma mera formalidade.

J. L. Sobreda Antunes

Grupo Municipal de “Os Verdes”